



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

1. ABERTURA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e oito minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Ano de 2019 (Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril)
2. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Ano de 2019 (Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto)
3. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Ano de 2020 (Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto)

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

1.1. Ação Social Escolar – Ano escolar 2019/2020

1.2. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera – Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância – Oferta de bolos de aniversário

1.3. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera – Participação de despesas de transporte

1.4. Santa Casa da Misericórdia – Celebração do Dia Mundial da Fisioterapia - Pedido de autorização para ocupação de espaço público para colocação de unidade móvel de saúde – Ratificação de despacho

1.5. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de apoio para oferta de lanche – Ratificação de despacho

1.6. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de autorização de utilização dos balneários e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.7. Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Sucesso – Pedido de apoio e de emissão de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e de isenção do pagamento das respetivas taxas



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

2. Secção Financeira
 - 2.1. Balancete
 - 2.2. Pagamentos
3. Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património
 - 3.1. Hasta pública para alienação de imóveis – Proposta de adjudicação
4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 4.1. Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017” – Adjudicação e minuta de contrato – Ratificação de despacho
 - 4.2. Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017” - Fiscalização e coordenação da segurança em obra

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

Foi presente novamente a ata nº 10/2019, de 30 de maio, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, a Sra. Presidente informou que não foi possível concluir as atas em falta, pelo que a sua votação ficará adiada para próxima reunião de câmara.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por informar de que durante a manhã tinham decorrido as atividades de início do ano letivo 2019/2020, nas quais esteve presente o Sr. Vereador João Graça.

Nesta senda, deu a palavra o Sr. Vereador João Graça, que começou por referir que, no decorrer da apresentação, haviam sido prestadas as informações necessárias aos encarregados de educação, designadamente as relativas ao procedimento para aquisição dos manuais escolares de atividades. Foi, inclusive, transmitido que já havia sido realizada a transferência pelo Município do valor devido para o Agrupamento de Escolas, pelo que, a fim de poderem ser ressarcidos, os encarregados de educação têm que apresentar o recibo de compra e os seus dados bancários. Para além destas informações, foram ainda prestados esclarecimentos sobre a situação dos transportes escolares.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente reportou-se ao assunto dos transportes, informando os presentes que o Município tinha recebido no dia anterior o parecer prévio favorável da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes relativo ao procedimento de contratação do serviço de transporte até ao próximo dia 3 de dezembro. Mais esclareceu, que o referido relatório, composto por 23 páginas, contém uma série de recomendações/alertas, tendo-lhe sido transmitido por aquela



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

entidade, que o mesmo funcionaria ainda como uma espécie de “guião”, a ter em consideração na contratação a ser efetuada na fase seguinte.

Prosseguindo, referiu que, tal como já foi transmitido em reunião anterior, a CIMRL se encontra a elaborar um estudo económico-financeiro e será a entidade competente, em virtude da transferência de competências, para proceder à contratação de uma empresa que preste o serviço de transportes, a partir daquela data. Acrescentou que, neste âmbito, decorrerá no dia 16 de setembro uma reunião com a CIM, por forma a analisar em que ponto se encontra a situação.

Continuando, a Sra. Presidente garantiu que, de momento, se encontram assegurados os transportes, inclusive o transporte para Figueiró dos Vinhos, com base num contrato de ajuste direto outorgado com a Transdev, opção à qual a AMT não apresentou oposição, desde que vigorasse apenas até à data de 3 de dezembro próximo.

Tal como foi referido em sede de reunião anterior, a AMT solicitou a justificação do valor a pagar à entidade a contratar para realização do serviço de transportes, sendo que o objetivo é supervisionar e evitar a existência de sobrecompensações neste setor.

Seguidamente mencionou que é de louvar a postura de cooperação quer da AMT, quer da própria Transdev, que assegurou a manutenção dos serviços de transportes.

Interveio, de seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que, na sequência do que foi dito pelo Sr. Vereador João Graça relativamente à abertura do ano letivo, questionou se a transferência em causa teria a ver com os escalões, uma vez que lhe haviam comunicado que a verba para aquisição de material escolar ainda não teria sido disponibilizada.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador João Graça esclareceu que se trata de assuntos diversos, uma vez que a transferência por si mencionada respeita à questão dos manuais escolares e terá tido lugar no passado dia 10 de outubro. No entanto, ressaltou que se verificaria semelhante situação à do ano anterior, isto é, apesar de já ter sido concretizada a transferência para o Agrupamento, a verba só seria libertada pelas Finanças no final do mês de outubro.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes questionou qual a data em que tinha ocorrido a comunicação pelo Agrupamento de Escolas, do valor a ser transferido, ao que lhe foi esclarecido que teria sido enviada uma informação na sexta, dia 6. No entanto tal esclarecimento continha algumas incorreções, pois a versão final teria sido remetida à Câmara Municipal no passado dia 9 de setembro.

Retomando a palavra a Sra. Presidente, transmitindo que no dia de hoje tiveram a visita ao Município e às instalações do Agrupamento de Escolas, de algumas entidades, nomeadamente da FNE - Federação Nacional da Educação, com a presença do Dr. João Dias da Silva, e da UGT - União Geral de Trabalhadores (UGT), com a presença do Dr. Carlos Silva e da Dra. Lucinda.

Nesta visita, pretenderam saber as dificuldades com que esta região se confronta e quais os contributos que poderiam ser dados da sua parte.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

Seguidamente, a Sra. Presidente fez questão de deixar um voto de agradecimento à abordagem que tem sido realizada pela UGT relativamente a estes territórios e da sua disponibilidade para se mobilizarem e se deslocarem a este Município, numa franca tentativa de perceberem de que forma podem direcionar a sua ação.

Prosseguindo no uso da palavra, a Sra. Presidente informou que irá decorrer no dia de amanhã, 14 de setembro, a apresentação do livro “Moçambique – sonho de uma nação”, da autoria de Catarina Costa, pelas dezasseis horas na Biblioteca Municipal.

Aditou, ainda, que tinha sido rececionado, no passado dia 11 de outubro, um convite dirigido ao Município pela empresa municipal Prazilândia para participação numa caminhada noturna, denominada de “Lusco-Fusco”, de dificuldade elevada, que será desenvolvida no dia de amanhã, com início previsto para as 17h no Coentral, e com hora de conclusão prevista para as 22h.

Por último, anotou que foi prestado um agradecimento, por parte da equipa de andebol, pela forma como foram recebidos e pela organização do próprio evento de estágio durante o fim de semana passado.

Sobre este assunto interveio o Sr. Vereador João Graça para referir que a equipa tinha gostado das condições oferecidas e do piso recentemente colocado no Pavilhão Municipal, pelo que revelou a intenção de realização, no futuro, de outros eventos de natureza semelhante.

A Sra. Presidente interveio novamente para prestar informação de que havia sido reforçada a atuação no combate à proliferação da vespa asiática/crabro, acrescentando que tinha sido disponibilizada informação na página do Município acerca da temática, e que teriam já sido contabilizadas 57 intervenções a ninhos mediante a técnica de caça.

Mais uma vez mencionou e agradeceu a disponibilidade que tem sido demonstrada pelos colaboradores deste Município nessa matéria, dando conhecimento de que as ações têm decorrido durante o dia e também à noite, diferentemente do que aconteceu no ano anterior em que as ações apenas decorriam durante a noite.

Esclareceu também que a técnica utilizada no presente ano inclui a injeção dos ninhos com um produto atrativo, e que os ninhos alvo de intervenções têm ficado identificados com uma fita. Por fim referiu que as condições climáticas e os alertas que têm sido emitidos não têm permitido a realização da exterminação, pelo recurso à técnica da queimada dos ninhos.

Finda a informação sobre as vespas, deu conhecimento ao Executivo de que no dia de hoje seria distribuído um Edital a informar o início dos trabalhos de gestão das faixas de combustível junto dos aglomerados populacionais, no âmbito da medida 8.1.4.

Relativamente à informação prestada em sede de reunião anterior, relativamente à infestação de pulgas que ocorreu no Coentral, a Sra. Presidente comunicou que apesar de todas as intervenções realizadas em momento oportuno naquela localidade, tinha sido rececionado um abaixo-assinado no Município a dar conhecimento da situação.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

Salientou que assim que o Município teve o primeiro alerta, foram prontamente alocados recursos próprios, bem como contratada uma entidade especializada em infestações, para que se realizassem as devidas intervenções nos focos sinalizados pelos habitantes. Para além disto, foi também notificado o proprietário daquele que parece ter sido o foco de origem da designada infestação. Por fim, a Sra. Presidente mencionou que tinha tido o cuidado, nas últimas semanas, de questionar os residentes daquela localidade sobre o evoluir da situação que nada lhe tem sido comunicado sobre novos focos.

Seguidamente deu conhecimento de que no passado dia 11, houve uma reunião na sede do Município, entre a Empresa Intermunicipal de Águas, e os colaboradores dos setores das águas, saneamento e resíduos, destinada a dar conhecimento dos objetivos inerentes à constituição daquela.

Nela participaram, em representação da empresa, o Engenheiro Diogo Faria de Oliveira, responsável pela elaboração do estudo e três técnicos já contratados pela mesma.

Durante esta reunião, foi também aferida a possibilidade de mobilidade dos colaboradores do Município para a referida empresa, por meio de cedência de interesse público. Na abordagem, salientaram que a referida transição não implicaria a perda de regalias de que os colaboradores do Município sejam beneficiários, tendo-lhes sido concedido um período para realizarem a sua escolha, que deverá ser comunicada à empresa no início do mês de outubro.

Na reunião foi ainda informado aos colaboradores que a transição em causa não implicaria deslocações para laborarem noutros concelhos, significando que os colaboradores continuariam afetos aos centros operacionais dos Municípios onde atualmente se encontram, a não ser em casos pontuais justificados por extrema necessidade.

Nesta senda, a Sra. Presidente referiu que é notório o interesse da empresa nesta mobilidade, desde logo pelo “know-how” e a experiência detidos pelos colaboradores dos setores em questão.

Mais acrescentou que em causa está um universo de 14 pessoas, sendo que alguns dos colaboradores se encontram, para além do desempenho destas funções, alocados a outras tarefas no Município, no entanto, o Município fez questão de manifestar aos colaboradores que estavam perfeitamente à vontade para efetuar a sua escolha, garantindo a permanência do vínculo ao Município.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes interveio para deixar a sugestão de, à semelhança do que tem sido desenvolvido noutros municípios, se realizarem sessões de esclarecimento acerca da temática das vespas asiáticas.

Nesta senda, a Sra. Presidente referiu que se tinha esquecido desta informação, pois, efetivamente já estavam a ser programadas pelo GTF sessões de sensibilização, a levar a efeito nos lugares, acerca da referida temática.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes sugeriu que fossem promovidos workshops ou ações de semelhante natureza, com o intuito de ensinar a população a montar as armadilhas, isto porque as pessoas têm desenvolvido algumas técnicas que podem vir a pôr em risco as abelhas, daí se assumir como fundamental a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

sensibilização e demonstração do modo como devem ser desenvolvidos os esforços na exterminação das vespas asiáticas e crabro, até porque as pessoas se encontram recetivas a este tipo de ações.

Por fim, questionou os presentes do que aconteceria a estas espécies com a chegada da época de menor calor, se desapareciam ou se se mantinham vivas, tendo sido esclarecido de que haveria uma diminuição do seu número, mas não a exterminação total.

Concluindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que dado esse circunstancialismo faria sentido começar já a desenvolver esforços para preparar a próxima época, salientando que se assume de extrema relevância ter conhecimento do que tem sido desenvolvido noutros concelhos, sob pena do trabalho aqui desenvolvido se ver frustrado.

Em resposta, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que lhe parecia que os outros municípios não estariam a alocar grandes recursos à matéria.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente referiu que muitos ninhos que atualmente não são visíveis, poderão ser sinalizados quando as árvores começarem a ficar sem folha.

Ademais, informou que em comparação com o ano anterior, em que foram intervencionados 64 ninhos no total, este ano, até ao momento, já foram sinalizados e intervencionados 57, sendo que as intervenções realizadas durante estas duas últimas semanas ainda não constam desta contabilização.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes mencionou ter visualizado no Município, um carro de bombeiros de Pombal, durante esta semana, questionando o porquê, ao que a Sra. Presidente esclareceu que o facto se deveu a intervenções em que não teria sido possível chegar aos ninhos, que se encontravam a uma altura de sensivelmente 40 metros, o que acarretou a necessidade de os chamar para que pudessem aceder aos mesmos, sem colocar em perigo os colaboradores do Município.

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Vereador António Antunes, no sentido de reportar uma situação insólita que terá ocorrido no Município de Vila de Rei, ao ter sido encontrado aquando da reposição de um talude, um ninho que se encontrava dois metros abaixo do betuminoso.

Prosseguindo no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes questionou se já se havia procedido à aquisição do braço e do trator.

Relativamente à informação dada pela Sra. Presidente sobre a Federação Nacional da Educação, constatou que o Secretário de Estado tem, efetivamente, desenvolvido um trabalho positivo, alertando para a necessidade de se revelar imperativo aproveitar o trabalho que tem sido levado a cabo por aquela entidade.

Relativamente à informação acerca do estágio da equipa de andebol, sugeriu que o trabalho desenvolvido no Pavilhão Municipal tenha continuidade, uma vez que aquele espaço carece de uma série de intervenções, não se bastando com a substituição do pavimento, nomeadamente no que diz respeito aos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

balneários, cobertura e zona exterior, visto que a ação desenvolvida pode trazer mais-valias para o Município.

Para além disto, alertou para o facto de na página do Município na internet o gráfico disponibilizado sobre as vespas asiáticas ter fraca qualidade, tendo a Sra. Presidente referido que constatou o mesmo e que na ocasião em que o viu teve o cuidado de alertar para a situação. Todavia, referiu que iria solicitar aos serviços competentes que tentem solucionar a questão.

Por fim, o Sr. Vereador António Antunes solicitou esclarecimentos relativamente aos parques infantis que se encontram sob a responsabilidade do município, questionando que intervenções haviam sido pensadas.

No uso da palavra a Sra. Presidente esclareceu que a aquisição do trator e do braço já teria sido realizada, faltando a sua entrega que se previa ser realizada no próximo mês, isto é, outubro.

Relativamente ao Pavilhão Municipal, a Sra. Presidente manifestou que é de opinião de que ainda há muito a ser feito naquele espaço, uma vez que as condições que possui não dignificam a intervenção que lá foi realizada – substituição do pavimento.

Intervindo, o Sr. Vereador Nuno Tomás acrescentou que aquela intervenção se destinou à substituição do pavimento, das balizas e redes de proteção, e que também teria havido intervenção de algumas zonas exteriores, no entanto, concordou que ainda há muito a ser feito, desde logo a melhoria da acessibilidade ao próprio pavilhão, bem como a mudança da cobertura e pintura do edifício, constatando-se que o mesmo não era alvo de manutenção há largos anos.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes salientou que atendendo aos arranjos exteriores já realizados, na sua opinião, poderia ter existido uma solução mais adequada e enquadrada do que o betuminoso lá colocado, isto considerando a intenção de requalificar o espaço com o objetivo de o tornar um espaço verde e parque de merendas.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para relembrar que o Pavilhão Municipal consubstancia uma das infraestruturas que se enquadraria perfeitamente no âmbito de uma candidatura feita ao abrigo do “Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais”. Neste âmbito, referiu ainda que foi dito em sede de reunião de Assembleia Municipal, que o Município desconhecia ou não conseguiu concretizar atempadamente a referida candidatura, todavia e de qualquer modo, salientou que pretendia deixar esta nota, nem que seja para que de futuro, não se desperdicem estas oportunidades de financiamento.

Retomando, a Sra. Presidente mencionou que àquela data não se tornou possível concretizar aquilo que pretendia realizar naquele espaço tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes retorquido que o poderiam ter feito parcialmente.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

Seguidamente, e em relação aos parques infantis, a Sra. Presidente referiu que o localizado no Espaço Fórum Ativo se encontra na gestão da empresa municipal Prazilândia, que por sua vez, aferiu a possibilidade de requalificação do mesmo bem como da substituição do piso, por forma a cumprir os imperativos legais. Todavia, o valor avançado não teria sido acessível para efetivar aquele compromisso no momento. No entanto, referiu que a recuperação do parque surge incluído, bem como a requalificação dos Bungalows, nas preocupações da empresa municipal.

Relativamente ao parque infantil da Praça da Notabilidade, alertou que foi necessária a sua retirada por questões de segurança.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás acrescentou que a retirada do material daquele parque teria sido concretizada no início do mandato, em consideração ao grau elevado de perigosidade das infraestruturas lá existentes à data, aditando que aquele espaço já não configurava um parque infantil.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes questionou a razão, atendendo à existência de disponibilidade financeira, de ainda não ter sido resolvida a situação no decurso dos dois anos de mandato, uma vez que não existem muitos espaços como aquele no Município.

O Sr. Vereador João Graça interveio dizendo, a este propósito, que no momento em que ocorreu a retirada, o espaço em si já não se enquadrava na tipologia de parque infantil, pelo que foi tomada a opção de o enquadrar como espaço multiusos. Esta opção tem permitido que os munícipes usem o espaço em questão para realizar outras modalidades de aprendizagem, como por exemplo, para ensinarem as crianças a andar de bicicleta.

Para além disto, e como já se tinha em conta o parque infantil junto à Cercicaper, considerou-se que a opção passaria pela criação de um espaço multiusos na Notabilidade, opinião que mantém.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes referiu que deveria ser colocada sinalização de espaço multiusos naquele local.

Novamente com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes alertou, na sequência daquilo que foi referido acerca da aquisição de equipamento para a realização de limpezas, que deverá ser realizado um trabalho de identificação e de prospeção das necessidades de limpezas, quer nas localidades, quer em algumas vias/estradas.

Salientou também que, não tendo sido realizado esse trabalho anteriormente, terá que ser realizado agora, preferencialmente antes de do início da época das chuvas, uma vez que já existem estradas quase intransitáveis, sendo que nalguns pontos não se torna possível o cruzamento entre dois veículos.

Prosseguindo, ressaltou que os Vereadores do PS não pretendem reduzir a sua atuação quase a “Provedores da silva e da valeta”, como sucedeu durante vários anos por quem era a oposição, pelo que não lhes parece elegante elencar



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

as situações a carecer de intervenções, sob pena de se poderem esquecer de outras.

Por fim, e ainda nesta matéria, alertou que considera urgente a intervenção, até porque apesar de compreender que não seja possível acudir a todas as solicitações, este facto põe em causa a imagem do Município e do próprio Executivo, transparecendo uma imagem negativa de abandono das aldeias.

Seguidamente usou da palavra a Sra. Presidente para garantir que no presente ano foram realizadas operações de limpeza em todas as aldeias, tendo havido lugar à contratação de uma empresa para garantir isso mesmo. Contudo, recentemente tem-se verificado a condicionante das condições climáticas e dos avisos decorrentes das mesmas que, por sua vez, não têm permitido certas intervenções. Deste modo, sempre que as condições climáticas e a lei permitem, têm sido desenvolvidas operações de limpezas em vários locais.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou a sua incompreensão relativamente ao estado de algumas zonas, a título de exemplo, no Valseá e na Feteira.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a zona do Valseá foi efetivamente alvo de intervenção por parte do Município, não compreendendo a chamada de atenção por parte dos Srs. Vereadores do PS relativamente às limpezas em questão e não podia deixar de discordar, uma vez que dentro do quadro de limitações impostas, foram realizadas intervenções aos espaços do Município, tendo, inclusivamente, sido realizado um ajuste direto no valor de vinte e nove mil euros com uma empresa, por forma a garantir que todas as aldeias fossem intervencionadas. Por fim, ressaltou que algumas aldeias se encontram no âmbito de competências da União de Freguesias, como são exemplo, Coentral, Sarnadas, Pisões, Pera, Botelhas, Souto Fundeiro ou Vermelho.

Seguidamente, a Sra. Presidente perguntou se mais alguém pretendia intervir no âmbito do PAOD, ao que todos os Vereadores responderam negativamente, tendo a Sra. Presidente passado, então, aos assuntos agendados na ordem do dia.

ORDEM DO DIA

4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – ANO DE 2019 (DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL)

No âmbito da transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias decorrentes do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, através de e-mail de 28/06/2019, remeter ao Município cópia da deliberação tomada pela respetiva Assembleia de Freguesia em sessão ordinária de 13/06/2019 relativamente à transferência das referidas competências para aquela freguesia em 2019, a qual se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente informação parte integrante.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

De acordo com o referido documento foi deliberado o seguinte: “Não aceitar a transferência de competências para os órgãos da freguesia decorrente do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por considerar que a Junta de Freguesia não se encontra estruturalmente preparada para o efeito devido, essencialmente, à sua reduzida dimensão, à inexistência de uma cobertura humana e técnica devidamente qualificada, aliada ao diminuto know-how no âmbito das competências a transferir, lacunas estas que, por ora e sem um conhecimento mais aprofundado das matérias e uma adequada preparação facto-organizacional, poderão não ser inteiramente colmatadas com os recursos a disponibilizar pelo Município conforme legalmente previsto, com eventuais constrangimentos para a satisfação integral do interesse público subjacente ao exercício das mesmas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

5. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO DE 2019 (DECRETO-LEI Nº 116/2019, DE 21 DE AGOSTO)

Considerando:

- Que, nos termos do disposto na Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;
- Que, em 21 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto-Lei n.º 116/2019, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas e concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão;
- Que, tal como consta da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências para as autarquias locais tem carácter universal e é efetuada em 2019, admitindo-se, no entanto, a sua concretização gradual até 1 de janeiro de 2021;
- Que os municípios que não pretendam participar na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, de acordo com o regime instituído no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, no ano de 2019 e, caso mantenham o mesmo entendimento, no ano de 2020, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) até, respetivamente, 21/10/2019 e 30/09/2019, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos;
- Que as competências objeto de transferência no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, não têm aplicação neste Município, uma vez que não existe qualquer área do território concelhio que integre a Rede Nacional de Áreas Protegidas, nos termos do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho;
- Que, sem prejuízo do exposto no considerando anterior, ainda que tal não se verificasse teria sempre aqui aplicabilidade o disposto nas deliberações tomadas em reuniões ordinárias deste órgão realizadas a 24/01/2019, 21/02/2019, 30/05/2019, 28/06/2019 e 30/08/2019, relativas à transferência de competências



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que se encontravam plasmadas nos diplomas setoriais então apreciados;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere submeter a seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:

1. Considerar que as competências objeto da transferência para os órgãos municipais concretizada através do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, não são aplicáveis a este Município.

2. Sem prejuízo do exposto no ponto anterior, não aceitar, no ano de 2019, a transferência de competências decorrentes do referido diploma legal, por considerar que, à semelhança do já invocado nas deliberações camarárias de 24/01/2019, 21/02/2019, 30/05/2019, 28/06/2019 e 30/08/2019 e da Assembleia Municipal de 30/01/2019, 28/02/2019 e 28/06/2019, o Município não se encontra convenientemente preparado para o efeito, nomeadamente, devido à escassez de recursos técnicos, financeiros e humanos de que padece, facto que tem causado grandes e graves constrangimentos no desenvolvimento regular da atividade municipal, a qual, sem adicional cautela e ponderação, designadamente, no todo organizacional, poderia sofrer uma sobrecarga desmesurada com potenciais efeitos negativos na satisfação do interesse público que lhe está subjacente.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO DE 2020 (DECRETO-LEI Nº 116/2019, DE 21 DE AGOSTO)

Considerando as deliberações tomadas pela Câmara Municipal em 24/01/2019, 21/02/2019, 30/05/2019 e 28/06/2019 e pela Assembleia Municipal em 30/01/2019, 28/02/2019 e 28/06/2019, todas concernentes à não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11, Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11, Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11, Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01, Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01, Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01, Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04, e Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05;

Considerando a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 13/09/2019 relativamente à transferência de competências para os órgãos municipais, no ano 2019, decorrentes do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21/08, e que ora foi proposta para decisão da Assembleia Municipal;

Considerando que se mantêm todos os fundamentos ínsitos nas aludidas deliberações, que aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere submeter a seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:

- Manter, para o ano de 2020, nos termos e com os fundamentos das deliberações atrás referidas, a não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO ESCOLAR 2019/2020

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho n.º 8452-A/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 31 de julho, com as alterações que foram introduzidas ao diploma pelo Despacho n.º 5296/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 16 de junho, pela retificação efetuada através da Declaração de Retificação n.º 451/2017, de 11 de julho, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 11 de julho, e pelo Despacho n.º 7255/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 31 de julho de 2018, para efeitos de atribuição de auxílios económicos o escalão em que cada agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família, propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere, para vigorar no ano escolar de 2019/2020, que sejam atribuídos os seguintes apoios financeiros aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, para efeitos de aquisição de material escolar e de participação nas visitas de estudo:

Escalão	Capitação	Apoio para aquisição de material escolar	Visitas de Estudo
A	Escalão 1 do abono de família	16,00€	20,00€
B	Escalão 2 do abono de família	16,00€	10,00€

Mais se propõe, que, na modalidade de apoio alimentar, a Câmara Municipal delibere que no refeitório escolar afeto à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico se mantenham os seguintes preços por refeição:

- Crianças abrangidas pelo escalão A - 0,00 €;
- Crianças abrangidas pelo escalão B - 0,73 €;
- Outras crianças - 1,46 €.

Propõe-se, ainda, que pelo fornecimento de refeição aos professores e outros trabalhadores das escolas e do refeitório em questão, a Câmara Municipal delibere continuar a cobrar o preço de venda estipulado para a refeição tipo a fornecer aos trabalhadores da Administração Pública nos refeitórios dos serviços e organismos da administração central e local, nos termos da legislação própria - que é atualmente de 4,10 €, conforme Portaria n.º 421/2012, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 171, de 4 de setembro.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

Por fim, propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere manter o preço das refeições parciais/não completas, conforme deliberado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 12 de janeiro de 2012, nos moldes seguintes:

- Sopa + pão + sobremesa (fruta ou doce) – 1,85 €;
- Prato + pão + sobremesa (fruta ou doce) – 3,00 €.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – CASTANHEIRA DE PERA – ESCOLA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA – OFERTA DE BOLOS DE ANIVERSÁRIO

Presente ofício proveniente do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera – Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância, a solicitar que a oferta de um bolo de aniversário às crianças daquele centro escolar se mantenha no ano letivo 2019/2020.

Considerando que, com esta medida, se pretende continuar a mitigar as desigualdades que possam subsistir em contexto escolar nas comemorações do aniversário das crianças consoante as disponibilidades e recursos das respetivas famílias, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, contemplando também as crianças que façam anos em período de férias ou fins de semana e feriados.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere que a presente medida se estenda aos anos letivos seguintes, até decisão em contrário.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – CASTANHEIRA DE PERA – COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS DE TRANSPORTE

Presente deliberação tomada em reunião ordinária deste órgão autárquico de 18 de junho de 2019, relativa à comparticipação de despesas de transporte efetuadas no âmbito de uma deslocação de 69 alunos do 1.º ciclo do ensino básico a Lisboa, em 17/05/2019, e à deslocação de 26 alunos do jardim de infância a Santiago do Cacém, em 24/05/2019.

Tendo o Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera vindo reiterar que o pedido de comparticipação formulado respeitava ao pagamento integral do valor das faturas (1.140,00 € e 600€) e não à comparticipação das mesmas, conforme foi deliberado;

Considerando que a praxis tem sido, efetivamente, no sentido de o Município suportar a totalidade das despesas de transporte de uma visita de estudo por ano letivo, tendo as restantes que ser comparticipadas pelas crianças que nelas participem, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo e tendo por referência os fundamentos ora invocados, propõe-se que a Câmara Municipal delibere retificar a deliberação supra indicada, suportando na íntegra as despesas da deslocação em apreço e procedendo, nessa conformidade, à transferência para o Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto do valor correspondente à totalidade das faturas apresentadas (1.140,00 € e 600€), com os necessários acertos contabilísticos, face ao montante já transferido.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA FISIOTERAPIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA COLOCAÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente carta remetida pela Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera a informar que no âmbito do Dia Mundial da Fisioterapia, comemorado a 8 de setembro, pretende realizar uma ação de sensibilização junto da comunidade para realçar a importância da terapia para aumentar a autonomia e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Para o efeito solicita autorização para ocupação de espaço público junto à sede do Município para instalação da sua unidade móvel de saúde, bem como a isenção das respetivas taxas.

Considerando o relevante papel socioeconómico desempenhado pela Santa Casa da Misericórdia, do qual resultam inegáveis benefícios para a população e para o Concelho;

Considerando que a ação a desenvolver se revela de grande interesse para a população concelhia, nomeadamente no que respeita à promoção da saúde e da prevenção das doenças;

Considerando que a data apontada pela requerente não se coadunava com a da presente reunião, impondo uma tomada de decisão prévia;

Foi dado deferimento aos pedidos formulados, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzido para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE APOIO PARA OFERTA DE LANCHE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente despacho proferido pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 05/09/2019, dando deferimento ao pedido de apoio formulado pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, através de e-mail de 30/08/2019, no âmbito do estágio de pré-época que a equipa de Andebol da Juventude Desportiva do Lis realizou em Castanheira de Pera nos dias 6, 7 e 8 de setembro corrente.

Considerando de manifesta relevância os argumentos aduzidos no referido despacho, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à ratificação do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

12. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica a solicitar autorização para utilização dos balneários do Pavilhão Municipal, para apoio aos treinos e jogos de pré-época das suas equipas, durante o corrente mês de setembro, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando que a data de início de utilização da infraestrutura em causa não se coadunava com a presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi proferido despacho no sentido de dar deferimento ao pedido formulado, com isenção de pagamento das respetivas taxas, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere a ratificação do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO – PEDIDO DE APOIO E DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente requerimento da Comissão Organizadora da Festa Anual da Moita e da Nossa Senhora do Bom Sucesso, representada por Sandra Carvalho, a solicitar um contributo para a realização dos festejos em Honra da referida Santa Padroeira, a decorrer nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 2019.

Presente, também, requerimento apresentado pela mesma Comissão a solicitar a emissão de licença para a instalação de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos referidos festejos, no recinto da Capela da Moita, nos dias supra indicados, bem como a emissão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para aqueles mesmos dias, no horário compreendido entre as 21h.00 e as 04h.00.

Requer, ainda, a isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supramencionadas.

Considerando o caráter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

Quanto ao pedido de contributo (financeiro, entenda-se), propõe-se o seu indeferimento, atendendo, nomeadamente, aos constrangimentos com que o Município se debate nesse domínio, a que acresce o facto de ser essa a “praxis” instituída.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 11 de setembro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.374.440,00 € (dois milhões trezentos e setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta euros), sendo as operações orçamentais no valor de 2.319.396,30 € (dois milhões trezentos e dezanove mil trezentos e noventa e seis euros e trinta centavos) e as operações não orçamentais no valor de 55.043,70 € (cinquenta e cinco mil quarenta e três euros e setenta centavos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.384.438,49 € (dois milhões trezentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta e oito euros e quarenta e nove centavos), valor que inclui o montante de 9.998,49 € (nove mil novecentos e noventa e oito euros e quarenta e nove centavos) em documentos.

Tomado conhecimento.

15. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 27/08/2019 e 11/09/2019, registados sob os números 1207, 1240 a 1268 e 1270 a 1285, no valor total de 168.661,20 € (cento e sessenta e oito mil seiscentos e sessenta e um euros e vinte centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

16. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

17. REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA) / INCÊNDIOS 2017 – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DE CONTRATO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente despacho proferido pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 09/09/2019, adjudicando a empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017” ao concorrente TPB – Tecnologia em Pavimentos e Construções, S.A., pelo valor de 679.889,57 € (seiscentos e setenta e nove mil oitocentos e oitenta e nove euros e cinquenta e sete centavos), acrescido de IVA, e aprovando a respetiva minuta do contrato a celebrar com o adjudicatário.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o aludido despacho.

DELIBERAÇÃO:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2019

Reunião Ordinária de 13 de setembro de 2019

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

18. REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA) / INCÊNDIOS 2017 – FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA EM OBRA

Propõe-se que, no âmbito da empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017”, adjudicada à empresa TPB – Tecnologia em Pavimentos e Construções, S.A., e de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, a Câmara Municipal delibere designar Ana Paulo David Antunes Lourenço, técnica superior do mapa de pessoal do Município, como diretora de fiscalização;

Mais se propõe que, em conformidade com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que a Câmara Municipal delibere designar como coordenadora da segurança em obra da referida empreitada Marlene Colaço Fernandes, em representação da empresa Louzavalia – Segurança e Higiene no Trabalho, Lda.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador João Graça pediu escusa por ser cônjuge do membro ora designado para a fiscalização da empreitada, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

19. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas e doze minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Vítor Manuel Henriques Silva, Coordenador Técnico da Secção Administrativa do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designado, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

O Secretário: _____